

CORREIO ECONÔMICO

Associação Brasileira de Operadores Logísticos



Setor aprovou 430 novos projetos, no valor de R\$ 30,8 bi

Resultado do setor naval é o melhor em uma década

O melhor resultado em uma década. Assim encerraram, tanto a indústria naval, quanto o setor portuário brasileiro o ano de 2024, mediante a aprovação de mais de 430 novos projetos, correspondentes a R\$ 30,8 bilhões, incluindo a construção de embarcações, reparos, docagens, modernização de unidades, ampliação de estaleiros e novas infraestruturas portuárias,

sob o impulso decisivo dos recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Para esse resultado, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho apontou a retomada e priorização de projetos relegados a segundo plano, pela administração federal bolsonarista. No último biênio, o valor aprovado é duas vezes maior do que nos quatro anos do governo anterior.

Fortalecimento

Segundo o ministro, “nos últimos dois anos, aprovamos, por meio do FMM, quase R\$ 45 bilhões em projetos de modernização e construção, o dobro do governo anterior. Isso significa mais crédito, investimento e fortalecimento do setor portuário e de navegação”.

Expansão

Também relevantes foram as obras de expansão da indústria naval, que somaram, de janeiro a dezembro de 2024, contratos de R\$ 5,33 bi (maior volume desde 2012), que financiaram 548 novas obras, sobretudo navegação interior (415) e apoio marítimo (94).

Reprodução Nação Agro



Pressão sobre preços das carnes deve persistir em 2025

Safra: valor de grãos deve cair este ano, de carnes, não

Na contramão da tendência geral – a despeito da supersafra estimada em 322,42 milhões de toneladas de grãos, segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – de recuo de preços dos produtos agrícolas no mercado interno, conforme pontuaram analistas ouvidos pelo Broadcast

Agro, as carnes devem se manter em trajetória ascendente, com variação superior a dois dígitos, devido à restrição de oferta, combinada com demanda aquecida.

A grande dúvida é a valorização do dólar, que afeta a competitividade das exportações nacionais, assim como a paridade de preços.

Queda

Incertezas quanto ao plantio, pela seca histórica no país, e recuo das compras pela China (maior importador), devem se refletir na queda de preços da soja e do milho, principais produtos agrícolas, observa a analista da Tendências Consultoria, Gabriela Faria.

Sem alta

O sócio-diretor da consultoria MB Agro, José Carlos Hausknecht, descarta uma ‘baixa generalizada’ de preços, ante a demanda sustentada, mas sem sinais para alta. Para ele, o câmbio e uma eventual guerra comercial EUA-China devem ditar os preços do setor.

Atualização

Pelo salário mínimo vigente de R\$ 1.518, a atualização da tabela anual de cálculo dos valores do seguro-desemprego, este não será inferior ao mínimo, enquanto o teto do benefício deve ficar em R\$ 2.424,11, para trabalhadores com salários superiores a R\$ 3.564,96.

Cálculo

Para efeito do reajuste das faixas salariais, no cálculo do seguro-desemprego no país, é considerada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com alta de 4,77% em 2024, ante alta de 3,71% em 2023.

Matriz elétrica brasileira tem a maior expansão da história

Avanço de 10.835,35 MW em 2024 superou meta fixada em 747,35 MW

Reprodução site greenyellow

Por Marcello Sigwalt

Maior expansão da história, desde o início da medição, em 1997, a matriz de geração de energia elétrica no país apresentou crescimento de 10.835,35 megawatts (MW) em 2024, o que ultrapassa em 747,35 MW, a meta definida pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para o ano passado, de 10.106 MW.

Levando em conta dados do Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga), em 7 de janeiro último, o Brasil atingiu 208.930,5 MW de potência fiscalizada de energia elétrica, montante do qual 84,95% corresponderam a usinas consideradas renováveis.

Pelo ranking regional, o maior crescimento de potência instalada foi registrado em Minas Gerais; (3.173,85 MW), seguido de Bahia (2.408,67 MW), Rio Grande do Norte (1.816,38 MW), Piauí (1.168,03 MW) e Pernambuco (654,51 MW).

Outro recorde expressivo foi batido, no quesito ‘número



Matriz elétrica brasileira alcançou níveis recordes de geração no ano passado

de usinas instaladas, que somou 301 novas plantas implantadas, em 16 estados. Desse montante, 91,13% da potência instalada provém de fontes solar fotovoltaica (51,87%) e eólica (39,26%), ambas renováveis.

Por categoria, as novas usinas implantadas em 2024 foram divididas em: 147 solares fotovoltaicas (5.629,69 MW),

121 eólicas (4.260,57 MW), 22 termelétricas (906,70 MW), nove pequenas centrais hidrelétricas (51,80 MW) e duas centrais geradoras hidrelétricas (4,60 MW).

Somente em dezembro último, houve acréscimo de 502,59 MW na matriz elétrica nacional, distribuídos por 16 novas usinas: nove centrais solares

fotovoltaicas (244,99 MW), cinco usinas eólicas (225,60 MW), uma termelétrica (30 MW) e uma pequena central hidrelétrica (2 MW). Por estados, no mês passado, Minas Gerais respondeu pela maior expansão, após colocar em operação oito novas usinas em operação, ampliando a oferta em 237,22 MW.

Retomada adesão às energias renováveis

O Ministério de Minas e Energia (MME) anunciou neste sábado (11) a retomada do processo de adesão do Brasil à Agência Internacional de Energias Renováveis (Irena), durante agenda oficial do ministro Alexandre Silveira em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. O governo do ex-presidente Bolsonaro havia interrompido as tratativas para a adesão brasileira.

Segundo o MME, a adesão

plena à Irena proporcionará ao Brasil “maior influência nas discussões globais” sobre energias renováveis. A pasta também cita, como benefício, a contribuição para o desenvolvimento de novas tecnologias e práticas sustentáveis no setor energético.

“Este é um passo fundamental para fortalecer nossa colaboração com a comunidade internacional e acelerar a implementação de soluções

sustentáveis que beneficiem o planeta e as futuras gerações”, disse o ministro brasileiro.

Em reunião com o diretor-geral da Agência, Francesco La Camera, o ministro Silveira entregou um convite à entidade para secretariar a chamada “Coalizão Global para Planejamento da Transição e Segurança Energética” – que é um desdobramento das discussões realizadas durante a presidência brasileira do G20 em 2024.

Essa Coalizão será oficialmente lançada no Rio de Janeiro, em junho. O MME classifica como um “espaço para o diálogo e a ação conjunta entre países, empresas e organizações não governamentais”.

Em nota divulgada pelo Ministério, Silveira comentou a sanção da Lei das eólicas offshore. Para ele, o texto é um “avanço no fortalecimento” do setor de energias renováveis no país.

Uso do Pix se consolida no mercado

Reprodução site Metropoles



Popularização do Pix no comércio se acentuou em 2024

Quatro anos após começar a operar, o Pix ganhou em 2024 tração como meio de pagamento no comércio. Dados do Banco Central e das empresas de maquininhas apontam que a adoção acelerou ao longo do ano, e a expectativa é que aumente com o Pix por aproximação, que vai eliminar o maior obstáculo a um uso mais frequente: a necessidade de abrir o aplicativo do banco para fazer uma operação.

Os pagamentos de pessoas para empresas chegaram a 40% do total de transações de Pix em novembro. O uso do QR Code dinâmico – aquele que aparece no visor da maquininha – para iniciar um Pix saiu de 29% para 36% do total em cerca de um ano. Esse método demonstra que o sistema criado pelo BC ganhou espaço principalmente no varejo físico.

Na internet, o Pix tem espaço importante: tomou mer-

cado do boleto bancário, uma forma de pagamento que leva mais tempo para ser processada, e que aumentava a desistência das compras por parte dos consumidores. A evolução em 2024 foi ganhar tração no varejo físico, em que o uso ainda era menor.

Na visão do mercado, ainda existe muito a desbravar. “O Pix ainda não chegou ao varejo com a força com que pode chegar. Primeiro, ele chegou ao micro e pequeno empresário”, afirma o sócio fundador da consultoria Colink Business Consulting, Edson Luiz dos Santos.

A diretora de Estratégia e Marketing da Stone, Lia Matos, afirma que o crescimento do Pix aconteceu em duas fases, primeiro substituindo transferências bancárias entre pessoas, e depois algumas formas de pagamento, como o boleto bancário. A chegada ao comércio físico é um novo desdobramento da segunda fase.

“O Pix tem liquidação instantânea, 24 por 7. Para o perfil dos nossos clientes, que têm uma realidade de giro muito dinâmica, poder vender e receber durante o fim de semana 24 horas por dia tem um valor muito grande”, diz a executiva. A maior parte dos clientes da Stone é de micro, pequenas e médias empresas, com menor acesso a capital de giro e um caixa menor.

Outro fator é que o consumidor passou a querer pagar com Pix, o que leva o comércio a ampliar a aceitação do sistema.

Arrecadação do Pré-Sal cresce 71%

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) informou nesta sexta-feira (10), que fechou 2024 com uma arrecadação 71% maior para a União ante 2023, totalizando um recorde de R\$ 10,3 bilhões, contra os R\$ 6,02 bilhões arrecadados em 2023. Segundo a PPSA, todos os recursos arrecadados são direcionados ao Tesouro Nacional.

O resultado reflete a produção de cinco contratos de Partilha de Produção e no

acordo de individualização de produção de Tupi, no pré-sal da bacia de Santos.

No ano passado, foram embarcadas 56 cargas de petróleo da União (27,39 milhões de barris), sendo 43 cargas do campo de Mero, seis de Búzios, três de Sépia, duas do Entorno de Sapinhoá, uma de Tupi e uma de Atapu.

“À exceção das cargas de Sépia e Atapu, que foram comercializadas por meio de proces-

sos de venda direta, as demais se referem a contratos de longo prazo, frutos de leilão da PPSA na B3 em 2021, vencido pela Petrobras”, informou a estatal.

Em 2024, também foi comercializado para a Petrobras um volume total de 53,8 milhões de metros cúbicos de gás natural.

Segundo o diretor de Administração, Finanças e Comercialização da PPSA, Samir Awad, este resultado representa

o início de uma nova curva de desempenho da empresa, que terá arrecadações crescentes nos próximos anos. “Em 2030, quando os nove contratos de partilha comerciais que temos hoje alcançarem o pico de produção, a parcela da União será de 543 mil barris por dia, com arrecadação estimada de R\$ 69 bilhões. Até 2034, as projeções indicam uma arrecadação acumulada de R\$ 506 bilhões para a União”, informou.